

COL. JUCESP



28 09 07

**Itauseg Participações S.A.**

CNPJ 07.256.507/0001-50

Companhia Aberta

NIRE 35300325273

**REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DE 17 DE SETEMBRO DE 2007**

O Conselho de Administração da ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), reunido em dezessete de setembro de dois mil e sete, às 10 horas, em número legal, na sede social, em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 7º andar, deliberou, por unanimidade:

1. aprovar a realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Companhia, todas escriturais, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie subordinada ("Debêntures"), em montante total de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para distribuição pública ("Emissão"), a qual terá as seguintes características e condições:

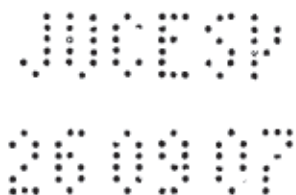
(i) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em 2 (duas) séries;

(ii) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de outubro de 2007 ("Data de Emissão");

(iii) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário");

(iv) **Quantidade:** serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, sendo que o número de Debêntures a ser alocado em cada série será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures a ser apurada em Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e observado que a quantidade de Debêntures poderá ser aumentada na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* em virtude de eventual distribuição de Debêntures objeto de Quantidade Adicional e/ou Lote Suplementar (conforme abaixo definidos);

(v) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão, na Data de Emissão, será de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude de eventual distribuição de Debêntures objeto de Quantidade Adicional e/ou Lote Suplementar;



**(vi) Prazo e Vencimento:** as Debêntures alocadas na primeira série (“Debêntures da 1ª Série”) terão prazo de vigência de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2010. As Debêntures alocadas na segunda série (“Debêntures da 2ª Série”) terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2012 (a data de vencimento das Debêntures, a “Data de Vencimento”);

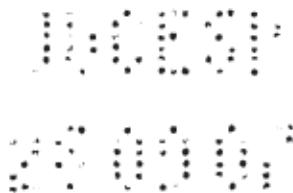
**(vii) Forma:** as Debêntures serão da forma escritural;

**(viii) Espécie e Conversibilidade:** as Debêntures serão da espécie subordinada, não conversíveis em ações de emissão da Companhia;

**(ix) Remuneração:** as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado e estabelecidos com base na acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *Extra Grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de *spread* a ser definido para cada uma das séries em Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia;

**(x) Data de Pagamento de Remuneração:** a Remuneração será devida semestralmente até a Data de Vencimento, sendo que (i) as Debêntures da 1ª Série serão remuneradas nas seguintes datas: 1º de abril de 2008, 1º de outubro de 2008, 1º de abril de 2009, 1º de outubro de 2009, 1º de abril de 2010, 1º de outubro de 2010, e (ii) as Debêntures da 2ª Série serão remuneradas nas seguintes datas: 1º de abril de 2008, 1º de outubro de 2008, 1º de abril de 2009, 1º de outubro de 2009, 1º de abril de 2010, 1º de outubro de 2010, 1º de abril de 2011, 1º de outubro de 2011, 1º de abril de 2012 e 1º de outubro de 2012 (cada data de pagamento de Remuneração, uma “Data de Pagamento de Remuneração”).

**(xi) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição;



**(xii) Repactuação e Amortização:** as Debêntures não serão objeto de repactuação. Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário, o qual será integralmente pago na Data de Vencimento;

**(xiii) Colocação e Plano de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, com base com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), e do Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"), submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"). As Debêntures serão colocadas junto ao público em geral, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos para subscrição e integralização de Debêntures. As instituições intermediárias responsáveis pela oferta pública de distribuição da Debêntures ("Coordenadores" e "Oferta", respectivamente), com expressa anuência da Companhia, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, por meio de procedimento de *bookbuilding* pelos Coordenadores ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Os Coordenadores realizarão a colocação pública das Debêntures de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente exemplar do prospecto preliminar e/ou definitivo da Oferta para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM e da publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início") e o prazo máximo de colocação pública das Debêntures será de 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação"). De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos investidores, para aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão (i) poderá ser aumentada por lote suplementar, à critério da instituição intermediária líder da Emissão, e desde que com a anuência expressa da Companhia, equivalente a até 15% (quinze por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão ("Lote Suplementar") e (ii) poderá ser aumentada, à exclusivo critério da Companhia, em montante que corresponda a, no máximo,



20% (vinte por cento) do valor total da Emissão, na Data de Emissão ("Quantidade Adicional"). Quaisquer Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Debêntures objeto da Emissão. A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Companhia. A manutenção e conclusão da Oferta, portanto, não está condicionada à subscrição e integralização de qualquer quantidade mínima de Debêntures, não sendo os Coordenadores responsáveis pela subscrição e integralização das Debêntures que não sejam subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta. Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (a) da totalidade das Debêntures ofertadas ou (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM n.º 400/03. Na hipótese de não atendimento das condições referidas nos subitens (a) ou (b) acima, conforme o caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão dos Coordenadores os montantes utilizados na integralização de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias contados do final do Prazo de Colocação, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Companhia aos referidos investidores;

**(xiv) Negociação:** as Debêntures terão registro para negociação, no mercado secundário, (i) no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a negociação liquidada pela CETIP; e (ii) no BOVESPA FIX, da BOVESPA, sendo os negócios liquidados na CBLC segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP e/ou da CBLC, conforme o caso;

**(xv) Resgate Antecipado:** não haverá resgate antecipado, pela Companhia, das Debêntures em circulação;

**(xvi) Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, colocadas novamente no mercado ou permanecer em tesouraria da Companhia;



ITASEG

26 09 07

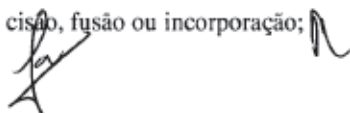
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A. DE 17.9.2007

Fls. 5

**(xvii) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e pela CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e à CBLC terão os seus pagamentos realizados junto à instituição financeira contratada pela Companhia como banco mandatário da Emissão;

**(xviii) Vencimento Antecipado:** serão considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures as seguintes ocorrências:

- (a) decretação de falência ou procedimento similar da Companhia;
- (b) pedido de auto-falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou procedimento similar formulado pela Companhia;
- (c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista no “Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Duas Séries, da Itauseg Participações S.A.” (“Escritura de Emissão”), não sanada em 2 (dois) dias contados da data do recebimento do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (d) falta de cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (e) protesto legítimo e reiterado de títulos no valor individual ou agregado de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) contra a Companhia, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia;
- (f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia e/ou da Itaú Seguros S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, 100 – Torre Itauseg, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.557.039/0001-07 (“Itaú Seguros”), decorrente de inadimplemento contratual, cujo valor individual ou agregado seja de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (g) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Companhia por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedade por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação; ou (b) for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;



JUCESP

26 09 07

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A. DE 17.9.2007

Fls. 6

(h) caso o Banco Itaú Holding Financeira S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.872.504/0001-23 (“Itaú Holding”), deixe de ser a controladora, direta ou indireta, da Companhia;

(i) caso a Itaú Seguros deixe de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia;

(j) caso a Companhia esteja inadimplente com relação às suas obrigações previstas na Escritura de Emissão, o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(k) extinção ou dissolução da Companhia;

(l) perda ou cassação, por qualquer motivo, da autorização concedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP à Itaú Seguros para atuar no mercado brasileiro de seguros; e

(m) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações.

2. autorizar a Diretoria da Companhia, observadas as disposições legais, a praticar todos e quaisquer atos relacionados ao registro da Oferta perante a CVM, podendo aceitar propostas e contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de coordenar o processo de registro da Oferta perante a CVM, bem como contratar os serviços de banco mandatário, agente escriturador, agente fiduciário, agência de classificação de risco, advogados, auditores independentes e outros, conforme o caso, necessários para a realização da Oferta.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo (SP), 17 de setembro de 2007. (aa) Roberto Egydio Setubal – Presidente e Alfredo Egydio Setubal – Vice-Presidente.



CERTIFICO SER A PRESENTE CÓPIA FIEL DA  
ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO

São Paulo (SP), 17 de setembro de 2007.



RODOLFO HENRIQUE FISCHER  
Diretor de Relações com Investidores